

## O QUE NOS ESTÁ A ESCAPAR? A OFICINA DE HISTÓRIA E A GAMA DE ACTIVIDADES DO CENTRO DE ESTUDOS AFRICANOS, 1979-1986

*Colin Darch e Gary Littlejohn*

### Introdução

Escritos retrospectivamente, todos ou quase todos os relatos do trabalho do Centro de Estudos Africanos (CEA) sob a liderança de Aquino de Bragança e Ruth First tendem a centrar-se no Curso de Desenvolvimento e parte dos relatórios de investigação que foram publicados como resultado do trabalho de terreno realizado, no âmbito do curso.<sup>75</sup> Algumas destas narrativas mencionam a revista “Estudos Moçambicanos” e a sua tradução inglesa, e outros textos (livros e artigos) que foram publicados em inglês.<sup>76</sup> No entanto, é importante reconhecer que, já desde meados dos anos 1980, a relação do grande consumidor de recursos, que era o Curso de Desenvolvimento com outras ac-

---

75 Ver, por exemplo, “Strategies of social research in Mozambique,” *Review of African Political Economy* no.25 (1982), pp.29-39; Aquino de Bragança e Bridget O’Laughlin, “O trabalho de Ruth First no Centro de Estudos Africanos: o curso de desenvolvimento,” *Estudos Moçambicanos* no.14 (March 1996), pp.113- 126 (publicado primeiro em inglês doze anos antes na *Review* [Binghamton], vol.8, no.2 (1984), pp.159-172); as últimas páginas de Anna Maria Gentili em “Ruth First: internationalist activist, researcher and teacher: the long road to Mozambique,” *Review of African Political Economy* vol.41, no.139 (2014), pp. 105-109 (foi publicada uma versão em português como “Ruth First” na colecção *Os intelectuais africanos face aos desafios do século XXI* [Maputo: UEM/ CEA, 2014], pp.15-33); e os capítulos 5 e 6 de Carlos Fernandes, “Dinâmicas de pesquisa em ciências sociais no Moçambique pós-independência: o caso do Centro de Estudos Africanos, 1975-1990,” (Tese de doutorado, UFBA, 2011).

76 Um arquivo completo dos artigos publicados em *Estudos Moçambicanos* está disponível em: [www.mozambiquehistory.net](http://www.mozambiquehistory.net). Para uma avaliação da revista, ver o capítulo de Darch, “As revistas académicas do Centro de Estudos Africanos, 1980-2014,” neste volume.

tividades do Centro, era vista, pelo menos por alguns dos seus quadros, como potencialmente problemática. Um relatório interno produzido em 1985, provavelmente escrito por Teixeira Alves, um antigo funcionário da administração colonial, então trabalhador do Centro e, com um domínio impressionante dos procedimentos burocráticos, referia:

*Com o crescimento do CEA e a expansão para novas áreas de trabalho, como a criação da Oficina de História, surgiram novos problemas como:*

- *qual devia ser o peso do Curso de Desenvolvimento em relação às outras actividades do CEA;*
- *como organizar uma maior participação nas tomadas de decisão;*
- *recrutar mais quadros moçambicanos;*

*Já antes do assassinato de Ruth First, a necessidade de reflectir sobre estas questões, assim como sobre as qualidades e fraquezas do Curso, tal como a sua aplicabilidade noutras situações, tinha levado a que se repensassem e experimentassem novas formas de ensino e investigação.*

*O fim da concentração de recursos sobre uma actividade de ensino bastante intensiva, abriu a possibilidade de ampliar outros tipos de trabalho que, anteriormente ocupavam um lugar secundário na actividade do CEA tais como os trabalhos sobre a África Austral e os da Oficina de História.<sup>77</sup>*

Apesar do que possa ser lido como uma atitude sobranceira relativamente à “Oficina de História” no seu relatório de 1985, as suas onze páginas incluíam pormenores de um leque impressionante de actividades de investigação, ensino e publicações do centro, a maior parte das quais foram esquecidas em registos posteriores. Neste capítulo argumentamos que, destacar a personalidade dominante e a liderança extraordinária de Ruth First, embora indubitavelmente necessário, é também correr o risco de não considerar precisamente essa impressionante variedade de actividades do centro, de duas maneiras principais. A primeira, é ignorar o trabalho da “Oficina de História” (em que Ruth não estava envolvida) e as suas publicações - incluindo os vários números do boletim “Não Vamos Esquecer”, os dois relatórios sobre Cabo Delgado e a colecção de artigos de “O Africano”, publicados no Brasil, bem

---

77 Centro de Estudos Africanos, *O Centro de Estudos Africanos de 1976 até 1985* (Maputo: UEM/CEA, Setembro 1985), p.7. Ocasionalmente e elucidativamente, em conversa, Teixeira Alves referia-se a Moçambique como “essa província.”

como as comunicações a conferências e seminários públicos.<sup>78</sup> A segunda, é subestimar, talvez porque alguns autores não tenham consciência disso, o impacto de alguns relatórios confidenciais e outros trabalhos de investigação públicos realizados a pedido do Governo de Moçambique, tanto pela oficina como pelo “Núcleo da África Austral” (NAA). A obra em dois volumes, *The Struggle for South Africa*, é por vezes mencionada, mas a sua curta e controversa monografia *The Kingdom of Swaziland* é frequentemente ignorada.<sup>79</sup>

Outras análises estabelecem premissas infundadas sobre os mecanismos internos do CEA, sem consultarem, com profundidade a documentação disponível, menos ainda pelo acesso às notas de campo que foram a matéria-prima que serviu de base para a elaboração dos relatórios, num processo de debate colectivo que espalhava e mantinha o estilo de trabalho durante a fase de pesquisa de terreno. As notas continham material muito mais rico do que o que era possível publicar e comprometem alguns dos pressupostos estabelecidos sobre a abordagem teórica usada, que se disse negarem processos sociais que não se relacionavam directamente com as questões centrais da pesquisa. Mesmo que essa pesquisa documental não seja possível, os autores que vieram posteriormente para Moçambique poderiam ter entrevistado os que estiveram envolvidos. Esse processo traria para a história, o trabalho do pessoal do Centro, que estava organizado em grupos “secundários” mais pequenos, ou mesmo, que seguiam programas largamente individuais, como, entre outros, Alexandrino José.<sup>80</sup>

---

78 No total, foram publicados três números do *Não Vamos Esquecer*: no.1, Fevereiro de 1983 (42 pp.); um número duplo, no.2/3, Dezembro de 1983 (55 pp.); e, finalmente, mais de três anos mais tarde, no.4, Julho de 1987 (32 pp.). Para uma avaliação da revista, ver Darch “As revistas académicas”. Os referidos relatórios de Cabo Delgado são *A situação nas antigas zonas libertadas de Cabo Delgado* (Maputo: UEM/CEA, 1983), 59 pp.; e *Poder popular e desagregação nas aldeias comunais do planalto de Mueda* (Maputo: UEM/CEA, 1986), 61 pp. Ver também Paulo Soares e Valdemir Zamparoni. “Antologia de textos do jornal *O Africano*, 1908-1919,” *Estudos Afro-Asiáticos* no.22 (1992), pp.127- 178; e “Towards a history of the national liberation struggle in Mozambique: problematics, methodologies, analyses,” (comunicação apresentada ao Encontro de Especialistas sobre Problemas e Prioridades na Formação em Ciências Sociais na África Austral, da UNESCO, Maputo, 9-13 de Agosto 1982), 16 pp.

79 Robert Davies, Dan O’Meara e Siphon Dlamini, *The struggle for South Africa: a reference guide to movements, organizations and institutions* (Londres: Zed Books, 1984), 2 vols.; nova edição (Londres: Zed Books, 1988), 2 vols.; Robert Davies, Dan O’Meara e Siphon Dlamini, *The kingdom of Swaziland: a profile* (Londres: Zed Books, 1985), 82 pp.

80 Ver, por exemplo, “A ideia esculpida,” *Tempo* no.429 (24 de Dezembro de 1978), pp.24-29; “A greve dos carregadores da estiva do porto comercial de Lourenço Marques em Agosto de 1963, no contexto da Luta de Libertação Nacional de Moçambique e alguns problemas da história do operariado moçambicano,” (dissertação de Licenciatura em História, UEM, 1987); “O operariado moçambicano e a sua história,” *Arquivo* no.2 (Outubro 1987), pp.144-162; e “Beira: lembranças da cidade colonial,” *Arquivo* no.6 (Outubro 1989), pp.181-200.

Outro aspecto das investigações do CEA, que merece a atenção de futuros investigadores, é o trabalho de campo realizado durante um período dilatado ao longo do Rio Sabié, perto da fronteira com a África do Sul, por Alpheus Manghezi e Salomão Zandamela, ambos falantes de *Xichangana*. Até ao presente, muito pouco do material recolhido foi publicado: algumas canções e entrevistas foram incluídas nas edições moçambicana (1998) e brasileira (2016) de “O Mineiro Moçambicano”, e um ou dois outros num número especial da *Review of African Political Economy*, dedicado à memória de Ruth First.<sup>81</sup> Para além disso, o Arquivo Histórico de Moçambique publicou duas colectâneas de materiais de Manghezi, em 2003.<sup>82</sup> Pensamos que a natureza e a importância deste trabalho foi quase totalmente ignorada, embora haja alguma discussão a propósito, num dos capítulos da tese de doutoramento de Yussuf Adam, feita na Dinamarca e posteriormente publicada em Maputo.<sup>83</sup>

Em parte, isto aconteceu porque muito poucos membros da equipa do CEA tinham lido as entrevistas, mas poderá haver outras razões para esta aparente desatenção. Algum tempo após a sua chegada a Moçambique, Ruth First pediu a Littlejohn que lesse os materiais das entrevistas, os quais tinham sido traduzidos para português (por Zandamela) ou para inglês (por Manghezi). O propósito era analisar a diferenciação de classes incipiente na região do Sabié. Ruth First estava familiarizada com a tradução que Littlejohn fez de Kritsman,<sup>84</sup> que foi finalmente publicada em 1984.<sup>85</sup> Este trabalho tratava de um desenvolvimento análogo das relações de classe entre o campesinato russo após a fome de 1921. Littlejohn fez uma apresentação sobre esse trabalho num encontro com Ruth, Alpheus Manghezi e Siphon Dlamini (*nom de guerre* de um investigador sul-africano) no gabinete de Ruth. A documentação relevante para este encontro ficou destruída na explosão que matou Ruth, em Agosto

---

81 *O mineiro moçambicano: um estudo sobre a exportação de mão-de-obra em Inhambane* (Maputo: UEM/CEA, 1998), 242 pp.; *O mineiro moçambicano: um estudo sobre a exportação de mão-de-obra em Inhambane* (Recife: UFPE, 2015), 326 pp.;

82 Alpheus Manghezi, *Macassane: uma cooperativa de mulheres velhas no sul de Moçambique* (Maputo: UEM/AHM, 2003), 164 pp.; Manghezi, *Trabalho forçado e cultura obrigatória do algodão: o Colonato do Limpopo e reassentamento pós-independência, c.1895-1981 [em] Guijá, Província de Gaza* (Maputo: UEM/AHM, 2003), 143 pp.; Manghezi, “Remembering Ruth: the voice, the face, the work and the silence,” *Review of African Political Economy* vol.41, no.139 (2014), pp.84-96.

83 Ver especialmente o capítulo “Sabie: os que fazem gado e dinheiro como fezes tornam-se patrões,” in Yussuf Adam, *Escapar aos dentes do crocodilo e cair na boca do leopardo: trajetória de Moçambique pós-colonial, 1975-1990* (Maputo: Promédia, 2005), pp.327-367

84 L. N. Kritsman (1890-1938) foi o autor de um importante livro sobre diferenciação de classes nas zonas rurais da União Soviética que foi publicado primeiro em russo, em 1926.

85 Terry Cox e Gary Littlejohn (eds.) *Kritsman and the Agrarian Marxists* (Londres: Cass, 1984). Este conjunto de estudos começou por aparecer num número especial sobre Kritsman e os Marxistas Agrários na *Journal of Peasant Studies* vol. 11, no. 2 (1984).

de 1982. Ruth mostrou um interesse considerável e envolveu-se na investigação do Sabié e o artigo de Manghezi, publicado em 2014, confirma que ela sabia da actividade do ANC na área, que era importante para a sua luta armada.<sup>86</sup> Com a possível excepção de Siphon Dlamini, na altura, ninguém de entre o pessoal do centro era conhecedor destes aspectos.

## As origens da *Oficina de História*

A “Oficina de História”<sup>87</sup> começou a funcionar em 1980. O nome resulta da denominação *History Workshop* inglesa, fundada em 1967.<sup>88</sup>

Os membros nucleares foram mudando ao longo do tempo, e incluíram Anna Maria Gentili, Aquino de Bragança, Colin Darch, Gary Littlejohn, Jacques Depelchin (que, na altura, não tinha emprego formal na UEM), João Paulo Borges Coelho, José Guilherme “Zégui” Negrão, Malangatana Valente, Paulo Soares, Valdemir Zamparoni e Yussuf Adam. Por coincidência, a “Oficina” e a “Oficina de História” Sul-Africana da Universidade de Witwatersrand, tiveram o seu início quase simultaneamente, mas não houve colaboração nem ligação entre ambas.<sup>89</sup> Apesar do seu isolamento, a “Oficina” partilhava os mesmos interesses que a sua congénere original inglesa e com o grupo sul-africano. Estes interesses incluíam ideias sobre como produzir história que destacasse as relações de género através de processos de democratização. Tal como os grupos dos outros países, a “Oficina” sofria de escassez de recursos humanos e financeiros, mas ia conseguindo produzir resultados de pesquisa para publicação.

Os três objectivos chave da “Oficina” foram definidos provisória e ambiciosamente num documento interno datado de 1 de Outubro de 1982, como sendo:

---

86 Nadja Manghezi, *Amizade traída e recuperada: o ANC em Moçambique, 1976- 1990* (Maputo: Pro-média, 2007), 422 pp. Uma Edição revista foi mais tarde publicada como *The Maputo connection: the ANC in the world of FRELIMO* (Auckland Park: Jacana, 2009), 246 pp.

87 Frequentemente designada apenas por Oficina

88 Sobre a oficina inglesa, ver Bill Schwartz, “History on the move: reflections on History Workshop,” *Radical History Review* no.57 (1993), pp.202-220; e para uma perspectiva mais crítica, David Selbourne, “On the methods of the History Workshop,” *History Workshop* no.9 (Primavera 1980), pp.150-161.

89 Sobre a Oficina Sul-Africana, ver Deborah Posel, “Social history and the Wits History Workshop,” *African Studies* vol.69, no.1 (Abril 2010), pp.29-40.

- a) *Promover o debate e a investigação sobre temas ligados à História da Luta da Libertação nacional e do Partido FRELIMO;*
- b) *Divulgar aspectos da Luta que contribuam para a mobilização dos cidadãos para a execução das tarefas actuais da Revolução Moçambicana;*
- c) *Contribuir para a capacitação de docentes moçambicanos aos vários níveis de ensino para que possam ensinar eficazmente História da FRELIMO.*<sup>90</sup>

O mesmo documento identificava cinco tipos de actividades em que se focaria a Oficina. O primeiro desses era a “realização de seminários e debates sobre diversos temas”.<sup>91</sup> É interessante que vários dos participantes da Oficina tinham experiência anterior da Universidade de Dar-es-Salaam nos anos de 1970, um ambiente académico em que os departamentos e unidades como história, ciências políticas, geografia, o *Economic Research Bureau* (ERB), BRA-LUP e outros, todos realizavam regularmente seminários de investigação ao fim da tarde. Estes eventos eram abertos ao público e, nalguns períodos, nos últimos anos da década, a actividade era tão intensa que havia pelo menos um seminário por tarde. Os debates eram por vezes acalorados e, ocasionalmente, os membros da audiência abandonavam as sessões. A Oficina tentou, portanto, conscientemente, desde o início mas numa escala muito mais modesta, introduzir esta cultura de disseminação pública e discussão aberta da investigação em curso na UEM, muito à semelhança do espírito da história popular que caracterizou a “Oficina de História” inglesa no mesmo período. A adesão à Oficina não se limitava de forma alguma ao CEA, ou mesmo à UEM: o regulamento estabelecia explicitamente que “pode fazer parte da “Oficina” qualquer cidadão nacional ou estrangeiro, que tenha produzido trabalho científico válido sobre a História de Moçambique, desde que a sua candidatura seja aprovada em sessão geral da “Oficina de História”.”<sup>92</sup>

## **Actividades, métodos de trabalho e publicações**

Os outros quatro tipos de actividades identificados no documento de Outubro de 1982 eram:

- *a publicação regular de um boletim intitulado “Não Vamos Esquecer”;*
- *a edição regular de artigos, colectâneas, biografias;*
- *a participação em conferências e debates públicos;*

90 *Oficina de História, Proposta de programação de trabalhos, 2ª semestre 1982* (Maputo, 1 Outubro 1982, mimeógrafo), p.2.

91 *Proposta de programação*, p.2.

92 *Oficina de História, Proposta de programação de trabalhos*, p.3.

- a execução de projectos de investigação sobre temas ligados à Luta Armada, tanto no campo, com na recolha de entrevistas, como nos arquivos.

Durante a maior parte de 1982, a “Oficina” manteve um programa regular de seminários e, para além disso, dedicou algum esforço a apoiar e a colaborar em projectos de investigação. Estes incluíram o “Projecto de Tete” da Faculdade de Marxismo-Leninismo que, subsequentemente, produziu dois relatórios publicados pelo Arquivo Histórico de Moçambique,<sup>93</sup> bem como o projecto da própria “Oficina” para uma “Antologia de Textos para o Ensino da História da Luta Armada”, que foi discutido em Maio.<sup>94</sup> Apenas um esboço de uma secção, preparado por Colin Darch e Jacques Depelchin, chegou a ser elaborado, sob o título “A Caracterização da Opressão Colonial, 1941-974”, que embora tenham sido impressas cinquenta cópias, nunca foi distribuído.<sup>95</sup> Entre os seminários listados em 1982, havia um debate colectivo sobre o primeiro número do “Não Vamos Esquecer” (8 de Outubro); uma sessão dirigida por Paulo Soares e Malangatana Valente sobre “Arte e nacionalismo em Moçambique” (que teve lugar a 15 de Outubro); e discussões sobre a investigação em Tete e em Cabo Delgado (22 de Outubro e 26 de Novembro).<sup>96</sup>

Alguns dos membros que trabalhavam na Oficina eram docentes/pesquisadores a tempo inteiro da Faculdade de Marxismo-Leninismo da Universidade Eduardo Mondlane que, nessa altura, estava também envolvida na redacção de um manual para a Escola Central do Partido Frelimo.<sup>97</sup> Consequentemente, eles fizeram face a alguns dos mesmos temas que Perry Anderson discute sobre a historiografia dos partidos comunistas.<sup>98</sup> Embora o autor principal do “Manual” do Partido (o canadiano John Saul) não tenha participado nas actividades da “Oficina”, houve por vezes conversas sobre questões discutidas no esboço do mesmo. Um dos seminários da “Oficina”, realizado a 7 de Maio de 1982, foi uma apresentação de Colin Darch sobre o artigo de Anderson e as suas implicações para a história da FRELIMO, tendo sido distribuído um pequeno texto, antecipadamente.<sup>99</sup> À discussão seguiu-se uma resposta de Gary

93 José Guilherme Negrão, *A produção e o comércio nas zonas libertadas* (Maputo: AHM, Outubro 1983), 106 pp. e anexos; João Paulo Borges Coelho, *A primeira frente de Tete e o Malawi* (Maputo: AHM, Março 1984), 81 pp.

94 Notas manuscritas por Colin Darch, datadas de 16 de Abril de 1982.

95 *Antologia de textos para o ensino da história da luta armada. A caracterização da opressão colonial, 1941-1974. 1.1: O xibalo, a igreja* (Maputo: UEM/CEA, 1983), 87 pp.

96 *Oficina de História, Proposta de programação de trabalhos*, p.1.

97 John Saul, *O Marxismo-Leninismo no contexto moçambicano* (Maputo: UEM, Junho de 1983), 241 pp.

98 Especialmente Perry Anderson, “Communist Party history,” in: *People’s history and socialist theory*, ed. Raphael Samuel (Londres: Routledge, 2016 repr.), pp.145-156.

99 Colin Darch, “Apresentação sobre os argumentos principais no artigo ‘Communist Party history’ por Perry Anderson” (Maputo, May 1982), 5 pp., mimeografado.

Littlejohn, por escrito, às notas de Darch. Cerca da mesma altura, em Maio de 1982, a “Oficina” elaborou uma proposta de projecto, com doze páginas, para a produção de uma história do Partido.<sup>100</sup> No entanto, deve-se admitir que, de um modo geral, o colectivo da “Oficina”, não ficou satisfeito com a qualidade global das apresentações sobre a história do Partido, em 1981, escrevendo num relatório, em inícios do ano seguinte, que:

*Nas sessões de trabalho do 1º semestre foram feitas uma série de apresentações informais sobre temas da história partidária e sobre o desenvolvimento da política agrária e de produção da FRELIMO. Infelizmente, nas sessões sobre a história partidária as questões levantadas ficaram num nível mais ou menos superficial e os problemas fundamentais, quer ligados com a história do próprio Partido Frelimo, quer ligados com a história dos partidos comunistas em geral, nunca foram enfrentados.*<sup>101</sup>

Por estes ou outros motivos, no segundo número de “Não Vamos Esquecer”, publicado em Dezembro de 1983, embora organizado muito antes, nota-se uma mudança de ênfase, afastando-se da história do Partido e da luta armada, organizando-se agora em temas novos e menos sensíveis, ligados à história da classe operária.<sup>102</sup>

No que se refere ao seu estilo de trabalho, a “Oficina” adoptou a abordagem da investigação colectiva que se tinha desenvolvido no CEA, em primeiro lugar, em 1976, antes da chegada de Ruth First, na investigação sobre a economia política da Rodésia, que viria a ser publicada em livro em Lisboa e em Maputo.<sup>103</sup> Diferentemente do Curso de Desenvolvimento, a Oficina continuou a trabalhar em estilo cooperativo, com a participação de investigadores externos ao CEA e, mesmo, alguns externos à própria universidade. Estes quadros não eram destacados formalmente, mas mantinham o seu anterior estatuto de emprego (se tinham) e contribuía para a “Oficina” para além das suas responsabilidades normais. Isto mudou em 1983, quando Yussuf

---

100 *Oficina de História, Sobre uma história da FRELIMO: pré-projecto* (Maputo, 19 Maio 1982, mimeografado), 12 pp.

101 Colin Darch, ‘[Relatório sobre a] *Oficina de História*,’ mimeógrafo, 11 de Março de 1982, p.1, sublinhado nosso.

102 Ver especialmente o artigo “Por uma história da classe operária moçambicana”, *Não Vamos Esquecer* no.2/3, Dezembro 1983, pp.5-6

103 O relatório original policopiado, em inglês, intitulava-se “Zimbabwe: notes and reflections on the Rhodesian question” e foi preparado para a Conferência de Genebra de 1976. Apareceu em forma de livro, em português, primeiro como *A questão rodésiana* (Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1978), 111 pp.; e, subsequentemente, com uma introdução de Robert Mugabe, como *Zimbabwe: a questão rodésiana* (Maputo: Edição do INLD, 1979).

Adam e Gary Littlejohn deram continuidade ao trabalho de campo no Distrito de Mueda como actividades a tempo inteiro. Antes de iniciar o trabalho de campo, Littlejohn tinha sido informado por Anna Maria Gentili sobre o trabalho de campo já realizado e as suas constatações.

Uma das três idas à Mueda, em 1983, foi uma visita conjunta com os investigadores suecos Bertil Egerö e Lars Rudebeck, para trabalharem sobre questões de estruturas do poder popular no Distrito de Mueda. Num relatório financeiro à SAREC (financiadores suecos envolvidos no projecto), o centro declarou que:

*... os materiais das entrevistas recolhidas [por Egerö e Rudebeck] foram transcritos e está presentemente a ser elaborado um relatório de investigação. A Oficina também está a preparar o capítulo sobre Moçambique que será incluído num livro a publicar brevemente sobre o poder popular - tratando as experiências de vários países, incluindo Cuba, Vietname [e] Guiné Bissau...*<sup>104</sup>

O livro a ser publicado, aqui referido, é certamente a monografia de Egerö publicada em inglês com o título, *A Dream Undone* e em português, como “Moçambique: os primeiros dez anos”. No entanto, vale a pena notar que Egerö e Rudebeck tinham anteriormente publicado três ensaios sobre o poder popular no nº 22 de *Akut*, uma revista produzida pelo Grupo de Trabalho para o Estudo de Estratégias de Desenvolvimento em Uppsala.<sup>105</sup>

A investigação colectiva de Mueda está descrita no relatório do centro à SAREC, como tendo sido realizada “sob a direcção do Partido Frelimo”, embora a relação fosse de facto muito mais frouxa do que a frase sugere.<sup>106</sup> Contudo, bastou mesmo o “apoio” do Partido Frelimo para que, nalguns círculos, se fizessem acusações de que a agenda do centro apenas apoiava o discurso oficial da Frelimo. O mesmo ponto se aplica ao relatório da “Oficina” sobre Aldeias Comunais publicado em 1986, que resultou de viagens de campo efectuadas em 1983 e 1984.<sup>107</sup> O pessoal do centro tinha refutado essas acusações, num contexto mais vasto, num trabalho colectivo publicado em 1982:

---

104 Centro de Estudos Africanos, *Report to SAREC on the activities of the Centro de Estudos Africanos during the financial years 1982/3 and 1983/4* (Maputo: UEM/CEA, Fevereiro 1984, dactilografado), p.3.

105 Bertil Egerö, *Mozambique, a dream undone: the political economy of democracy, 1975-1984* (Uppsala: Nordiska Afrikainstitutet, 1987), 230 pp.; publicado em português como *Moçambique: os primeiros dez anos de construção da democracia* (Maputo: AHM, 1992), 272 pp.; “Problems of class analysis: contradictions and social movements in the Third World. Artigo de posicionamento por Bertil Egerö e Lars Rudebeck,” *Akut* no.22 (Abril 1982), 31 pp.

106 CEA, *Report to SAREC*, p.3.

107 *Poder popular e desagregação nas aldeias comunais* (1986).

*... os estudos sobre a produção são importantes... pelas formas como ajudam a construir uma compreensão histórica mais forte dos padrões da exploração colonial por onde começa a transformação... Os problemas da investigação são escolhidos... porque as questões que colocam podem ser utilizadas por estruturas organizadas do governo e da FRELIMO...*<sup>108</sup>

Embora a situação social das mulheres não tenha sido tratada especificamente nas publicações da “Oficina”, ficou evidente que estava a ter lugar em Mueda, um processo de regressão em relação ao estatuto e papel das mulheres que parecia voltar ao existente no período colonial, antes do início da luta armada pela independência nacional. Aquino de Bragança, Anna Maria Gentili e outros depararam com um exemplo notável deste processo quando a sua brigada quis entrevistar uma antiga dirigente do Destacamento Feminino (DF), mas não o conseguiram fazer porque o marido dela não o permitiu. Outros exemplos foram identificados durante o trabalho de campo em 1983 e numa visita subsequente de Adam e Littlejohn, em Julho de 1984.<sup>109</sup> Uma entrevista reveladora foi realizada em Mueda, em 1983, com um antigo membro da Liga Feminina de Moçambique (LIFEMO) e do DF que era então membro da OMM. Ela falou sobre a luta que estava a ter lugar sobre os papéis de género e mencionou que bastaria ser entrevistada sozinha por Egerö e Littlejohn para suscitar acusações de que ela era prostituta. Ambos sugeriram imediatamente interromper a entrevista, mas ela insistiu em terminar o seu depoimento. Em 1984, quando Littlejohn a encontrou novamente por acaso, ela tinha desistido completamente de lutar pelos direitos da mulher e, desmoralizada, tinha começado a beber demasiado e a mendigar.

Processos sociais desse tipo ocorriam no contexto de uma perda de apoio social à Frelimo, no mesmo exacto lugar que era oficialmente considerado o “berço da revolução”. De certa forma, isto não surpreendeu uma vez que a população do Distrito de Mueda se tinha sentido abandonada, apesar do esforço considerável que a Frelimo tinha despendido para reabilitar a rede de canalização rural [de água], que tinha sido construída no período colonial, mas que havia sido danificada durante a luta armada. Este foi um assunto político importante que despoletou muitas reuniões públicas, um processo já investigado por Yussuf Adam antes do trabalho de campo de 1983. Isso ajudou a fomentar o fenómeno da criação de “aldeias comunais” não oficiais no Distrito de Mueda, como um meio para ganhar acesso a essa água canalizada

---

108 “Strategies of social research in Mozambique,” p.31.

109 Para trabalhos mais recentes sobre ex DFs, que confirmam a sua perda de influência, ver *inter alia* Jonna Katto, “Landscapes of belonging: female ex-combatants remembering the liberation struggle in urban Maputo,” *Journal of Southern African Studies* vol.40, no.3 (2014), pp.539-557.

e outros insumos agrícolas. A alternativa era uma caminhada de várias horas para acarretar água das nascentes das encostas do planalto.

Na altura da investigação da “*Oficina*”, o projecto de reabilitação do sistema de distribuição de água do planalto de Mueda (Fase de Emergência) era financiado pela UNICEF e pelo Governo moçambicano. A HELVETAS (uma organização suíça, financiada com fundos do Governo suíço) providenciou a um engenheiro residente, apoio com uma viatura e algumas ferramentas. Daniel Gubler foi o primeiro engenheiro residente da HELVETAS e trabalhou no planalto de Setembro de 1980 a Abril de 1983.<sup>110</sup> Embora empregado pela HELVETAS, Gubler prestava contas à Construtora Integral de Cabo Delgado (CICAD), uma empresa estatal de obras públicas. Durante esse tempo, dois outros empregados da HELVETAS trabalhavam a tempo parcial em Mueda: um mecânico e um hidrologista.

Vários funcionários moçambicanos estavam envolvidos no [fornecimento de água ao planalto de Mueda], como o Director da Direcção Nacional de Águas (DNA) e o Director da Direcção Provincial de Obras Públicas e Habitação (DPOPH). Por volta de 1982, foi criada a Unidade de Direcção de Abastecimento de Águas e Saneamento (UDAAS) a partir da DNA, principalmente para supervisionar, não só o abastecimento de água urbana, mas também toda a operação da HELVETAS em Cabo Delgado. Em 1982, foi criada a Empresa de Águas de Mueda EE, no quadro da UDAAS.

No que se refere ao planalto de Mueda, as pessoas chave eram Deve Mateco Tembe, Assistente Técnico de 3ª classe, que foi o chefe da Brigada 1 da CICAD (cerca de 130 trabalhadores) de 1980 a 1984; Engª Isa Maldonado Teles, que era Directora-Adjunta da CICAD, em Pemba. O Dr. Joseph Christmas era o engenheiro da UNICEF que supervisionava a contribuição da UNICEF, visitando o projecto várias vezes por ano, e reunindo com o governador para lhe dar conhecimento de qualquer estrangulamento em curso, no projecto de águas.

O papel de Gubler era a supervisão quotidiana da construção e da manutenção, providenciando contribuições de engenharia quando necessário. Em Abril de 1983, Gubler foi substituído por um novo engenheiro da HELVETAS, Theo Schoeni. A construção continuou, mas do ponto de vista da UNICEF já não se tratava de um “Projecto de Emergência” (financiado com fundos próprios da UNICEF), mas de um projecto prioritário financiado pela Suíça. Theo Schoeni foi o último engenheiro residente destacado pela HELVETAS.

---

110 A Helvetas estava e ainda está activamente envolvida noutros lugares de Cabo Delgado.

Estas complexas mudanças organizacionais formaram o contexto para grande parte dos processos políticos que ocorriam durante o trabalho de campo da “Oficina” em Mueda e eram certamente desconcertantes para muitos habitantes locais, contribuindo assim para um clima de incerteza no planalto. O pessoal da HELVETAS tinha consciência da criação das aldeias comunais não oficiais que a “Oficina” pesquisou, embora o seu papel se limitasse a seguir as instruções sobre se elas deviam ou não ser ligadas ao sistema de abastecimento de água. Um pequeno grupo dessas aldeias tinha sido criado por alguém que se sabia ter sido um opositor da FRELIMO durante os anos da luta pela independência, pelo que as mesmas eram vistas com desconfiança pelas autoridades locais. Para além disso, o regresso de alguma população da Tanzânia, após a independência, criou maior incerteza tanto sobre o acesso à terra como sobre o acesso à água.<sup>111</sup>

Conforme ilustrado pelo exemplo da investigação realizada em Mueda, a pesquisa da “Oficina” foi guiada pela ideia de que uma análise de perto das realidades sociais em contextos espaciais específicos, com “profundidade histórica”, e sobre uma relativamente “longa duração”, providenciariam provas de como e porquê as políticas oficiais estavam a enfrentar dificuldades. As práticas costumeiras, como as tatuagens rituais, estavam a voltar ao planalto, lutas intensas estavam a ter lugar sobre o acesso à terra, e as relações entre os tribunais e os “donos da terra” eram cada vez mais tensas.

Neste período, o trabalho da “Oficina” sobre outros projectos continuava: Valdemir Zamparoni e Paulo Soares terminaram a sua recolha de artigos de “O Africano”, embora estes só viessem a ser publicados dez anos mais tarde.<sup>112</sup> Na verdade, o relatório de Teixeira Alves já mencionado<sup>113</sup>, que é talvez o registo mais detalhado e completo das actividades do Centro nos seus primeiros anos, identifica explicitamente a principal missão do Centro, não apenas a missão da “Oficina”, como sendo de natureza histórica:

*O objectivo principal continua a ser a necessidade de estudar os problemas de transformação socialista de produção dentro duma análise histórica da realidade moçambicana no contexto da economia política da região.*<sup>114</sup>

---

111 O nosso grato reconhecimento a Daniel Gubler por disponibilizar a maior parte da informação dos seis parágrafos anteriores. Ver também o relatório do CICAD- HELVETAS *A luta pela água no planalto de Mueda* (Maputo: Direcção Nacional de Águas, Abril 1983), também disponibilizado pelo Engº Gubler.

112 “Antologia de textos do jornal *O Africano*, 1908-1919,” 1992.

113 Ver anexo, neste livro.

114 *O Centro de Estudos Africanos de 1976 até 1985*, p.2, sublinhado nosso.

## A crítica do empenhamento político na investigação

As críticas à investigação, como politicamente comprometida, começam frequentemente por uma distinção Weberiana (positivista) entre facto e valor, e implicam que os investigadores, politicamente comprometidos, são, de alguma forma, tendenciosos nas suas constatações. Um contra-argumento convincente afirma que o emprego de uma gama de diferentes técnicas de investigação, como as usadas pelo CEA, fornece uma forma bastante segura de providenciar conhecimento empírico novo. Dado que os factos nunca “falam por si próprios”, esse conhecimento é sempre produzido por uma inter-relação entre teoria e prova - e é sempre provisório. Não pode haver nenhuma garantia generalizada quanto à adequabilidade do conhecimento, mas isso não quer dizer que todos os argumentos e todos os usos da prova sejam tão bons como quaisquer outros. Um empenhamento político geral para com certos fins “não predetermina de forma alguma” o que serão as constatações da investigação empírica. Na verdade, a experiência do centro, como a da “Oficina”, mostra claramente que as constatações de um grupo de investigadores envolvidos criticamente pode, por vezes, ser politicamente inconveniente para os objectivos pretendidos por um Governo.

Apesar disso, como acima indicado, as práticas de investigação do Centro e da “Oficina” atraíram fortes críticas na altura e posteriormente. Por exemplo, Tom Young, do SOAS, escreveu causticamente, em 1988, que:

*... pouco se sabe sobre muitos aspectos de Angola e Moçambique pós-independência, ao que nem é preciso acrescentar que o estudo desses países foi e está a ser perturbado pela guerra civil. Uma complicação adicional é que durante muito tempo após a independência, muita da literatura sobre Angola e Moçambique foi produzida por “redfeet”. Esta literatura, como a produzida por gerações anteriores de “redfeet”, embora muitas vezes seja útil, deve ser apreciada cuidadosamente e criticamente.<sup>115</sup>*

Implicitamente, outras categorias de investigação não precisam dessa avaliação cuidadosa; o termo insultuoso *redfeet* foi cunhado por analogia com a expressão *pieds noirs*, usada na Argélia para descrever os colonos franceses. Porém, pelo menos, alguns outros académicos ocidentais menos ingénuos metodologicamente assumiram uma visão mais sofisticada:

*... como académicos e intelectuais, temos escolhas sociopolíticas a fazer. Temos de decidir se somos meramente guiados pelos nossos interesses de classe pequeno-burguesa para desenvolver os nossos privilégios relativos... ao tomar-*

---

115 Young, “The politics of development in Angola and Mozambique,” *African Affairs* vol.87 (Abril 1988), p.165, sublinhado nosso.

*mos o lado dos que executam o controle social e que mantêm o poder económico ou político nas sociedades altamente desiguais da África Austral.*<sup>116</sup>

Também Allen Isaacman argumentou que uma “longa linhagem de activistas académicos” tinha tido um “impacto substancial e significativo, para além de teórico ... no estudo de África”. Isaacman continua, afirmando que:

*... a sua política insurgente informou, energizou e aguçou o seu trabalho académico, o qual, por sua vez, fez deles críticos sociais mais eficazes. Eles concebiam o seu trabalho como uma defesa de um mundo mais justo e, assim, expandiram a sua audiência e definiram a sua missão para além da academia. Ao se alinharem com projectos políticos particulares, eles desenvolveram um tipo de lógica de um tipo diferente no seu labor. Os compromissos políticos destes académicos tornaram o seu trabalho mais relevante, interessante e importante para uma ampla audiência...*<sup>117</sup>

Deixando de lado o já, entretanto, vastamente esquecido ataque verbal de figuras como Young, uma das críticas mais desenvolvidas ao trabalho do Centro foi armada pelo respeitado antropólogo francês, o falecido Christian Geffray, nas páginas da *Politique Africaine*.<sup>118</sup> O artigo de Geffray é um exemplar interessante de uma particular má interpretação das actividades de investigação do CEA, uma leitura que rapidamente sugere que as constatações [verificadas pela pesquisa] são suspeitas por causa da posição política dos investigadores. A sua interpretação depende de uma concepção positivista implícita da parcialidade subjectiva do investigador, como se as constatações dependessem das ideias preconcebidas do investigador, em vez de serem um produto da interacção da teoria, da prática e da subsequente reavaliação das questões da investigação inicial.

Em *Fragments*, Geffray argumenta que o CEA se submeteu aos objectivos estratégicos do Partido Frelimo, e trata o assunto como um processo de implementação de ordens vindas de diferentes sectores do Estado.<sup>119</sup> Porém, o facto

---

116 Henning Melber, “Where there’s no fight for it, there’s no freedom: on scholars and social commitment in Southern Africa. Which side are we on?” *Journal of Contemporary African Studies* vol.24, no.2 (Maio 2006), p.273.

117 Allen Isaacman, “Legacies of engagement: scholarship informed by political commitment,” *African Studies Review* vol.46 no.1 (Abril 2003), p.2-3.

118 Geffray, “Fragments d’un discours du pouvoir, 1975-1985: du bon usage d’une méconnaissance scientifique,” *Politique Africaine* no.29 (Março 1988), pp.71-85. Geffray é talvez mais conhecido pelo seu controverso livro *La cause des armes au Mozambique: anthropologie d’une guerre civile* (Paris: Karthala, 1990), também publicado em português como *A causa das armas: antropologia da guerra contemporânea em Moçambique* (Porto: Edições Afrontamento, 1991).

119 Geffray, “Fragments,” pp.74-75.

de grande parte da investigação ter sido crítica em relação a vários aspectos de políticas, leva-nos a considerar se a acusação de que o CEA apenas aderiu passivamente aos objectivos definidos é uma descrição suficientemente completa do que realmente aconteceu. Muitos dos problemas que Moçambique enfrentou no período 1976-1986 eram perfeitamente óbvios, mas outros não, mesmo para muitos sectores do Partido Frelimo.

Um exemplo do que se pretende dizer seria sobre os fluxos de ouro da África do Sul para Moçambique. A sua pesquisa mostrou que Moçambique estava prestes a entrar numa importante crise da balança de pagamentos depois de 1977, quando a África do Sul abandonou um acordo de 1907, que regulava o recrutamento de mão-de-obra de Moçambique para as minas da África do Sul. O Governador do Banco de Moçambique parece ter tido consciência da crise iminente, mas surpreendeu-o o facto de os investigadores do Centro saberem disso a partir da sua própria análise independente. Na verdade, houve alguma suspeita sobre como se poderia ter chegado a essa conclusão sobre um assunto tão sensível. No entanto, passado muito pouco tempo, essas evidências estavam a ser usadas nas aulas do Curso de Desenvolvimento.<sup>120</sup> A história ilustra dois pontos importantes: primeiro, que a agenda de investigação do CEA era sobretudo gerada internamente e, segundo, que mesmo resultados sensíveis da investigação podiam ser disseminados publicamente. Dito de outra forma, um processo delicado de diálogo teve continuidade na agenda de investigação do centro e dos seu projectos específicos.<sup>121</sup>

O segundo problema com a crítica de Geffray é que ela se foca no Curso de Desenvolvimento e nos vários relatórios resultantes, aparentemente, a partir de uma suposição de que isto era tudo o que acontecia no CEA. É claro que pode ser que, no caso de Geffray, ele tenha tido pouco contacto com quadros do centro, ou colaboradores seus, oriundos de outros departamentos ou de fora da universidade. No seguimento desta conclusão, existem erros factuais - ele dá uma data errada da criação do Centro (1976 e não 1975); refere-se a Bridget O'Laughlin como socióloga, quando ela é na verdade antropóloga de

---

120 A mudança no preço, em 1978, deve ser vista como o último passo num processo que se iniciou nos finais da década 1960, na altura da crise da libra esterlina e da crise económica estadunidense generalizada, que resultou no abandono do preço oficial fixo, do ouro. Em Outubro de 1973, a ligação entre o dólar e o ouro foi substituída por taxas de câmbio flexíveis. Os salários dos mineiros subiram, em comparação com os níveis anteriores. Como consequência desta situação, podemos citar dois exemplos: novas casas construídas com tijolos, assim como o uso de electrodomésticos, passaram a ser comuns no sul de Moçambique.

121 É interessante notar que o Departamento de Trabalho Ideológico da FRELIMO considerava explicitamente a cooperação com o CEA como fundamental para o seu trabalho. Ver FRELIMO, *Documentos da II Conferência Nacional do Trabalho Ideológico: Beira, 5 a 10 de Junho de 1978* (Maputo: DTIP, 1978), pp.28-29.

formação; diz que os relatórios se basearam em apenas algumas semanas de trabalho de campo (p.75) enquanto os projectos duraram pelo menos um mês, havendo variações no tempo passado em cada local específico, de acordo com as observações preliminares.

É verdade que a primeira investigação colectiva do Centro, um estudo actualizado da economia política do regime de minoria branca da Rodésia (“A Questão Rodésiana”, acima mencionado), foi solicitada por Aquino de Bragança através dos canais da FRELIMO, mas a necessidade urgente de terminar o trabalho antes da Conferência de Genebra ajudou a criar as características da cultura de trabalho do CEA, de uma maneira que a FRELIMO nunca imaginara nem nunca tentou controlar directamente. Essa cultura de trabalho deixou um espaço aberto a uma certa autonomia na implementação da pesquisa e no questionamento de políticas. O resultado foi um processo de mediação com respostas por vezes negativas às publicações e aos relatórios não publicados do CEA.<sup>122</sup>

Para dar um exemplo de como eram escolhidos os projectos de investigação, os transportes eram uma prioridade de desenvolvimento óbvia para Moçambique. Não apenas porque Moçambique detinha a pasta dos transportes no âmbito da Conferência de Coordenação do Desenvolvimento da África Austral (SADCC), mas também porque a África do Sul usava o seu controle de troços cruciais da rede regional de transportes para desestabilizar alguns dos países membros da SADCC, incluindo Moçambique, o Zimbábwe e o Botswana. Maputo albergava e geria o gabinete da Comissão dos Transportes e Comunicações da África Austral (SATCC), que era dirigida por Armando Guebuza. Isso levou directamente a um projecto do centro sobre o porto de Maputo, que constituiu parte do Curso de Desenvolvimento de 1982, e de onde foram publicados vários relatórios (sendo o outro projecto sobre o CAIA e as aldeias vizinhas, na Angónia).<sup>123</sup> Por iniciativa de Ruth First, foi encomendado um relatório especial à economista inglesa Maureen Mackintosh, escrito antes mesmo de o trabalho do porto ter iniciado. Para além disso, foi contratado um americano especialista em transportes, para ir à África do Sul com o objectivo de estudar o seu sistema de transportes. Infelizmente, depois

---

122 É certo que o Centro era ocasionalmente protegido por Fernando Ganhão, o próprio Aquino e Ruth, todos eles figuras de vulto e inquestionável integridade política.

123 *Dossier: porto de Maputo* (Maputo: UEM/CEA, 1982), 38 pp.; *Brochura sobre as zonas do porto de Maputo* (Maputo: UEM/CEA, 1982), 23 pp.; *A zona dos contentores: informação, trabalho administrativo e a transformação do trabalho produtivo* (Maputo: UEM/CEA, 1983), 46 pp.; e *South African capital and the process of containerisation* (Maputo: UEM/CEA, 1985), 25 pp. (em inglês). O relatório do CAIA foi *Organizar os trabalhadores das machambas estatais: o caso do CAIA* (Maputo: UEM/CEA, 1983), 56 pp.

de realizar o trabalho preliminar no Botswana, ele foi banido de entrar na África do Sul (possivelmente por ter passado várias semanas em Moçambique) e, conseqüentemente, este ponto da investigação nunca foi concluído. É altamente provável que estas actividades tenham sido negociadas com o Partido Frelimo, mas não partiram de lá. Dada a natureza delicada desses contactos, pouco pessoal do centro era directamente envolvido. No entanto, houve certamente alguma discussão informal entre o pessoal sobre os problemas das machambas estatais, sendo o CAIL mencionado como possível estudo de caso, antes de ser anunciado que o CAIA tinha sido escolhido.

O processo de pesquisa não consistia meramente em elaborar questionários ou programas de entrevistas, como Geffray parece ter imaginado. As questões da investigação só eram operacionalizadas provisoriamente em técnicas específicas de investigação antes de se partir para o terreno. De qualquer forma, a recolha de dados incluía recolha de documentos, que não estavam disponíveis em Maputo. A natureza colectiva deste trabalho significava que havia reuniões diárias dos membros para discutir as constatações e redireccionar as prioridades à luz dos novos dados. Geffray não entendeu que o trabalho de campo envolve a análise crítica corrente e abertura para mudar de acordo com as novas constatações, assim como a reconceptualização durante e após o trabalho de campo. Isto pode explicar a razão por que ele terá deturpado tão completamente o trabalho do Centro.

O seu argumento central é que a Frelimo e, por extensão, um centro politicamente leal, e assim, conceptualmente subordinado, procedeu por denegação da realidade social de Moçambique. As fraquezas teóricas desta concepção da realidade social rural foram analisadas com um efeito devastador por Bridget O'Laughlin e Dinerman nos anos 1990.<sup>124</sup> No entanto, um outro problema, é o seu pressuposto de que havia uma adesão sem problematização ao discurso oficial da Frelimo tanto por parte do Partido como por parte do CEA. Muito embora a Frelimo mantivesse uma fachada pública de unidade, isso não queria dizer que não houvesse debate interno no Partido. Na verdade, esse debate vinha por vezes à superfície indirectamente, quando o partido descobria que muitos dos seus membros discordavam das suas políticas como aconteceu em 1983 com a "Operação Produção".<sup>125</sup> Essa discordância era por vezes registada publicamente por uma recusa silenciosa até de discutir um assunto

---

124 Bridget O'Laughlin, "Interpretations matter: evaluating the war in Mozambique," *Southern Africa Report* (Janeiro 1992), pp.23-27; Alice Dinerman, "In search of Mozambique: the imaginings of Christian Geffray in *La cause des armes au Mozambique: anthropologie d'une guerre civile*," *Journal of Southern African Studies* vol. 20 no.4 (Dezembro 1994), pp.569-586.

125 Ver Carlos Quembo, *Poder no poder: Operação Produção e a invenção dos improdutivos urbanos no Moçambique socialista, 1983-1988*. Maputo: Alcance. 2017, 104 pp.

que a liderança queria sondar (por exemplo, o uso do chicote). Uma resposta alternativa teve lugar quando a política da Operação Produção foi discutida publicamente numa reunião especial com o pessoal de todos os departamentos da Universidade. Provou-se impossível restringir a discussão apenas a se a política tinha sido implementada erradamente (como realmente foi). Em vez disso, a discussão foi aberta a partir de baixo, independentemente de ser, ou não, uma boa política. Estes acontecimentos tiveram lugar em 1983, na altura em que Geffray estava a trabalhar em Moçambique.

A análise de Geffray ao discurso do poder ignora alguns elementos do que então era o “discurso oficial”, especialmente a repetida insistência de Machel na afirmação de que Maputo e Beira nunca se tornariam zonas libertadas. As implicações dessas declarações repetidas frequentemente parecem ter-se perdido em Geffray. Elas representavam o reconhecimento explícito de que a luta armada não tinha unificado completamente a emergente nação de Moçambique. Esse facto vai contra a observação de Geffray de que na visão da Frelimo e apesar da evidente e variável diversidade dentro do campesinato, o mesmo tinha sido unificado pela sua submissão comum à autoridade portuguesa dentro das fronteiras coloniais, e também “incontestavelmente unidos na sua história recente”<sup>126</sup>, que levou à expulsão do colonizador. Se tudo isso tivesse levado Geffray a considerar, quais teriam sido os vários impactos da trajectória que a luta pela independência seguiu, na realidade, ele poderia então ter pensado se era de facto possível generalizar a partir do seu próprio trabalho de campo em Eráti. Como se pode ver pelo ulterior trabalho de Borges Coelho em Tete, as forças armadas portuguesas tinham conseguido criar uma barreira na fronteira entre Nampula, de um lado, e Cabo Delgado e Niassa do outro.<sup>127</sup> Isso significava que as Forças Populares de Libertação de Moçambique (FPLM) tiveram de passar através do Malawi para chegarem a Tete, para daí prosseguirem para sul, para Manica e Sofala, contornando Nampula e Zambézia.

Há dois aspectos a este respeito, como indicado ou implícito nos discursos de Machel. Primeiro, porque a acção militar havia sido sempre antecedida de um trabalho político extensivo para conseguir o apoio popular e nas zonas do país, que não tinham sido directamente afectadas pela guerra, estas populações teriam tido menos oportunidade de serem ganhas para o lado da Frelimo. Em segundo lugar, a experiência das zonas libertadas deu à Frelimo razão para acreditar que era possível uma transformação social rápida. Ambas as

---

126 Geffray, “Fragments,” p.77.

127 João Paulo Borges Coelho, *O início da luta armada em Tete, 1968-1969: a primeira fase da guerra e a reacção colonial* (Maputo: AHM, 1989), 161 pp.

convicções sugerem que a “existência social” do campesinato não estava totalmente unificada no discurso oficial. Esta incapacidade de reconhecer os efeitos de diferenciação da experiência (ou da sua falta) da luta armada, transmite o perigo de uma homogeneização da “realidade social” moçambicana, apesar de Geffray listar todos os factores, como as línguas diferentes, que deveriam minar essas fáceis generalizações. A experiência de Eráti podia ser comparada com a experiência de Mueda durante a luta armada. Apesar disso, não se deve nunca esquecer que a política colonial tinha deliberadamente criado experiências diferentes em distintas partes de Moçambique, pela maneira como a sua economia foi estruturada em três regiões com características distintas - o Sul, o Centro e o Norte. Já antes da luta pela independência, a inserção em relações de mercado ocorria de maneiras diferentes, nas diferentes partes do país.

A investigação do CEA, tanto no Curso de Desenvolvimento como na “Oficina de História”, longe de denegar ou ocultar a existência social do campesinato, tomou-a em conta em toda a sua considerável variedade. Os relatórios descrevem esta diversidade em termos das importantes variações regionais (Sul, Centro e Norte), que resultaram das diversas experiências impostas pelas políticas económicas coloniais que tinham dividido o país conscientemente nessas três regiões. No interior dessas três regiões, eles identificaram áreas de reserva de força de trabalho, áreas de produção alimentar (por exemplo, para os trabalhadores das plantações, no Centro) e diferentes padrões de migração dentro de Moçambique e entre Moçambique e os territórios vizinhos. O móbil principal do trabalho migratório no tempo colonial foi o “xibalo”, que afectou profundamente a “realidade social”, em toda a colónia de Moçambique.

Esta análise não reproduziu um “eterno presente” etnográfico simplista e desactualizado, porque esses conceitos tinham sido explicitamente rejeitados pelo pessoal do CEA, num debate sobre antropologia, que teve lugar no *campus* da UEM, em 1982, visto que os factos recolhidos não corroboravam essa concepção. A “Oficina” também se envolveu numa crítica discreta da antropologia colonial portuguesa, especificamente no concernente a Moçambique, incluindo a monografia de Dias sobre Cabo Delgado e os seus relatórios confidenciais para Lisboa, sobre a consciência política entre a população falante de maconde.<sup>128</sup> Parte do pessoal cooperante do CEA tinha chegado a

---

128 Jorge António Dias e outros, *Os Macondes de Moçambique*, 4 vols. (Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar, 1964-1970. Dias apresentou cinco relatórios confidenciais, e.g. *Relatório da campanha de 1958* (Lisboa: Missão de Estudos das Minorias Étnicas do Ultramar Português, 1959), em co-autoria com Manuel Viegas Guerreiro.

Moçambique com pleno conhecimento do livro “Antropologia e o Confronto Colonial”, de Talad Assad, 1973, e da revista “Crítica da Antropologia”.<sup>129</sup>

O pessoal do CEA também não aderiu à ideia de que a existência social do campesinato era politicamente duvidosa. Eles apenas tinham uma concepção mais subtil daquilo que a existência social realmente era, com base no seu trabalho de campo. Essa concepção incluía a evolução da diferenciação do campesinato e os conflitos de terras que frequentemente acompanhavam esses processos, mas não se limitava a esses fenómenos. Era também esse o caso do trabalho de campo, de que pouco se sabia fora do CEA, nomeadamente a investigação na área do Rio Sabié, já discutida. Mas, para usar um exemplo publicamente disponível, o projecto de 1982, na Angónia, mostrou que a FRELIMO estava a perder o apoio dos camponeses, incluindo os que, nalgumas alturas do ano, iam trabalhar na grande machamba estatal do CAIA. Isso era um reconhecimento explícito da importância política e económica do campesinato. Assim, a política colonial e a luta armada já tinham transformado significativamente a sociedade moçambicana de várias formas descritas nos relatórios. A ideia de que o centro se limitava a tratar o povo moçambicano como obscurantista e feudal, da mesma maneira que o discurso oficial, é um despropósito que fala por si. No seu “reconhecimento” do “bom uso de uma deturpação científica”, Geffray não compreende até que ponto o CEA recusou seguir o discurso oficial a um nível empírico detalhado.

## Conclusão

Vale a pena, para concluir, enfatizar que o próprio Aquino de Bragança fez trabalho de campo em Mueda, engajando-se totalmente nas discussões sobre os materiais publicados, incluindo, por exemplo, a rejeição directa de um artigo para uma conferência em Minnesota, em 1983, exigindo que o mesmo fosse substancialmente reescrito antes de ser apresentado.<sup>130</sup> Aquino de Bragança prestou a necessária orientação intelectual e académica à “Oficina”, apesar de estar ocupado com outras tarefas, como a sua discreta diplomacia. Em grande parte, a “Oficina” alcançou o que alcançou graças à sua orientação, envolvimento e empenho. Aquino estendeu a pesquisa realizada na “Oficina” através das suas aulas na universidade, dos seus trabalhos (académicos e jornalísticos) e através de seminários em foros públicos, como na Casa Velha (associação cultural). A “Oficina de História” era uma parte significativa da actividade do CEA nos inícios e meados dos anos 1980, e qualquer avaliação

---

129 Ver também Jacques Depelchin, “Antropologia e história africana à luz da história da FRELIMO,” *Trabalhos de Arqueologia e Antropologia* no.2 (Março 1987), p.37-59.

130 “FRELIMO from front to party: revolutionary transformations,” S/D, 23 pp.

da contribuição intelectual do Centro para o desenvolvimento das ciências sociais em Moçambique, deve ter em conta a “Oficina”, em conjunto com o trabalho de campo dos projectos que caracterizaram o período inicial do Curso de Desenvolvimento, a análise da situação regional produzida pelo Núcleo da África Austral e a mudança para estudos estratégicos na fase final da luta contra o *apartheid* na África do Sul, com tudo o que isso implicou para a região como um todo.